



Transversalização
da perspectiva de
gênero:

Alinhamento conceitual e
marcos normativos

Vivian Souza

Assesora Técnica para a Implementação do Selo PNUD
de Igualdade de Gênero
Tribunal de Contas da União
Brasil

Em poucas palavras,

□ que entendemos por “gênero”?

<https://www.menti.com/al71oiaj9eb7>

menti.com 1999 5568



DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE GÊNERO

"Não se nasce
mulher, torna-se"

Simone de Beauvoir

"As ferramentas do
mestre não irão
desmantelar a casa
do mestre"

Audre Lorde

"As mulheres não
são um grupo social
com interesses
comuns e únicos"

Kimberly Crenshaw

"Capitalismo e
patriarcado se
requerem e reforçam
mutuamente"

Silvia Federici

"O gênero não é algo
fixo, é uma ação
performativa. Se
realiza diariamente"

Judith Butler

"O pessoal é
político"

Kate Millet

"As lésbicas não são
mulheres"

Monique Wittig

"Patriarcado e
clasificação social de
gênero são heranças
coloniais"

Oyèrónkẹ Oyěwùmí

"As "mulheres do
Terceiro Mundo" sob
os olhos do Ocidente"

Chandra Mohanty

"A colonização criou o
"sistema de gênero
moderno""

María Lugones



Simone de
Beauvoir

Kate
Millet

Monique
Wittig

Audre
Lorde

Oyèrónkẹ
Oyěwùmí

Kimberly
Crenshaw

Chandra
Mohanty

Silvia
Federici

María
Lugones

Judith
Butler

Gênero e interseccionalidade



Gênero e divisão sexual do trabalho



Gênero como performance



Video unavailable

[Watch on YouTube](#)



GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE



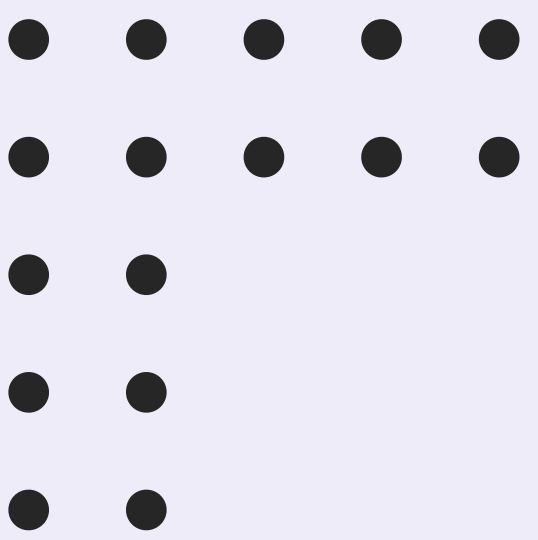
Joan Scott.

- 1 Elemento fundamental das relações sociais que se baseiam nas diferenças que distinguem os sexos [Scott, 1986]
- 2 Uma forma fundamental de relações de poder significativas [Scott, 1986]
- 3 Convite para refletir criticamente sobre a produção dos corpos sexuais em relação uns aos outros e como os significados se desenvolvem e transformam [Scott, 2011]



"Igualdade de gênero"

Refletir crítica e contextualmente sobre a situação social de homens, mulheres e pessoas gênero-dissidentes



IMPACTOS MULTIDIMENSIONAIS DE ENTENDER GÊNERO COMO RELAÇÃO DE PODER

POLÍTICO

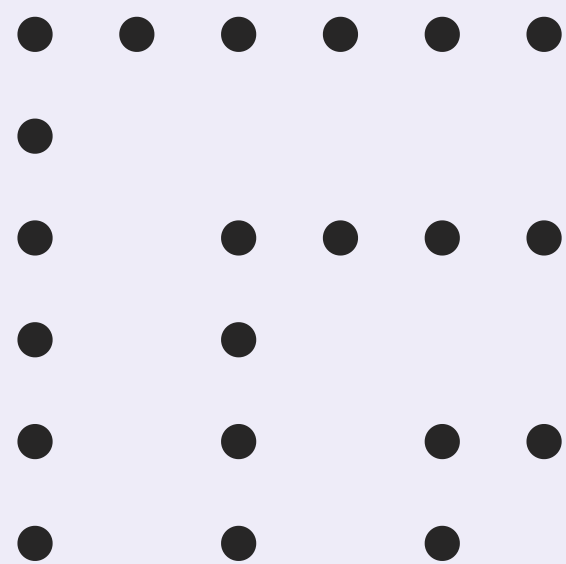
- Desigualdade de poder nos aspectos micro e macropolíticos;
- Emergência de conflito social;
- Exclusão de cargos de tomada de decisão e representação política

SÓCIO CULTURAL

- Aspectos simbólicos da discriminação;
- Estruturas de prestígio ou status;
- Confinamento ao mundo privado do doméstico

ECONÔMICO

- Divisão sexual do trabalho;
 - Exploração do trabalho reprodutivo;
 - Feminização da pobreza;
 - Pobreza de tempo
-



PAPÉIS, ESTEREÓTIPOS E EXPECTATIVAS “DE GÊNERO”

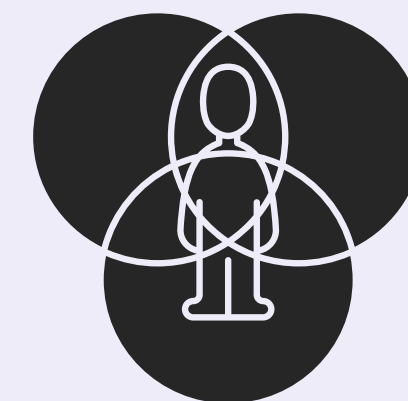
Padrões de comportamento aprendidos em determinado contexto, em determinado tempo histórico, a partir dos quais as pessoas são condicionadas a compreender determinadas atividades, tarefas e responsabilidades como “masculinas” ou “femininas”.

As pessoas são **socialmente obrigadas a reproduzir estes papéis**, uma vez que não fazê-lo implica sanções sociais.

As expectativas são estruturadas com base na idade, classe, raça, etnia, cultura, religião ou outras ideologias, bem como no contexto territorial e no sistema econômico e político.



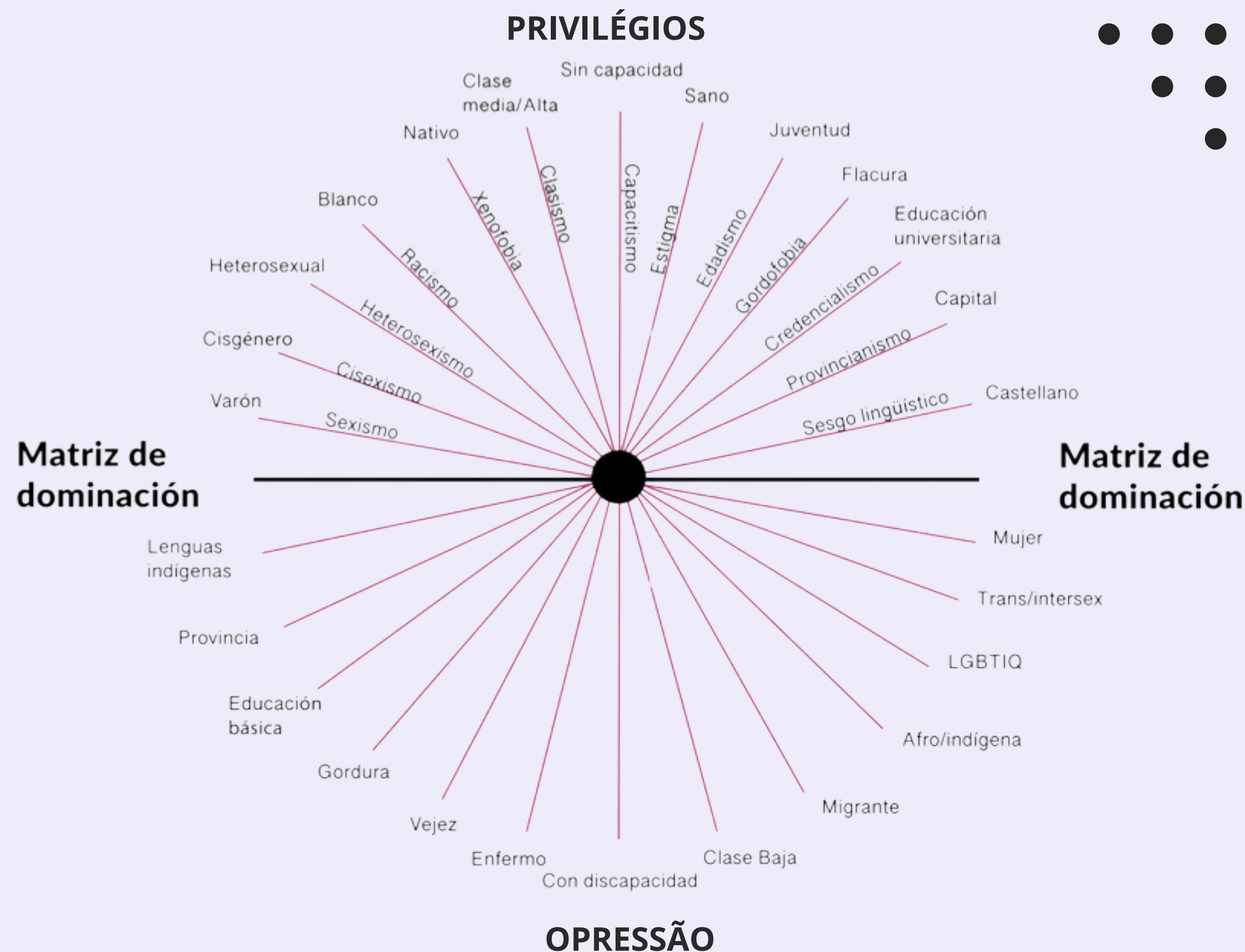
Papéis, estereótipos e expectativas “de gênero” nunca são unicamente “de gênero”



INTERSECCIONALIDADE:

“SISTEMAS DE OPRESSÃO ENTRELACADOS”

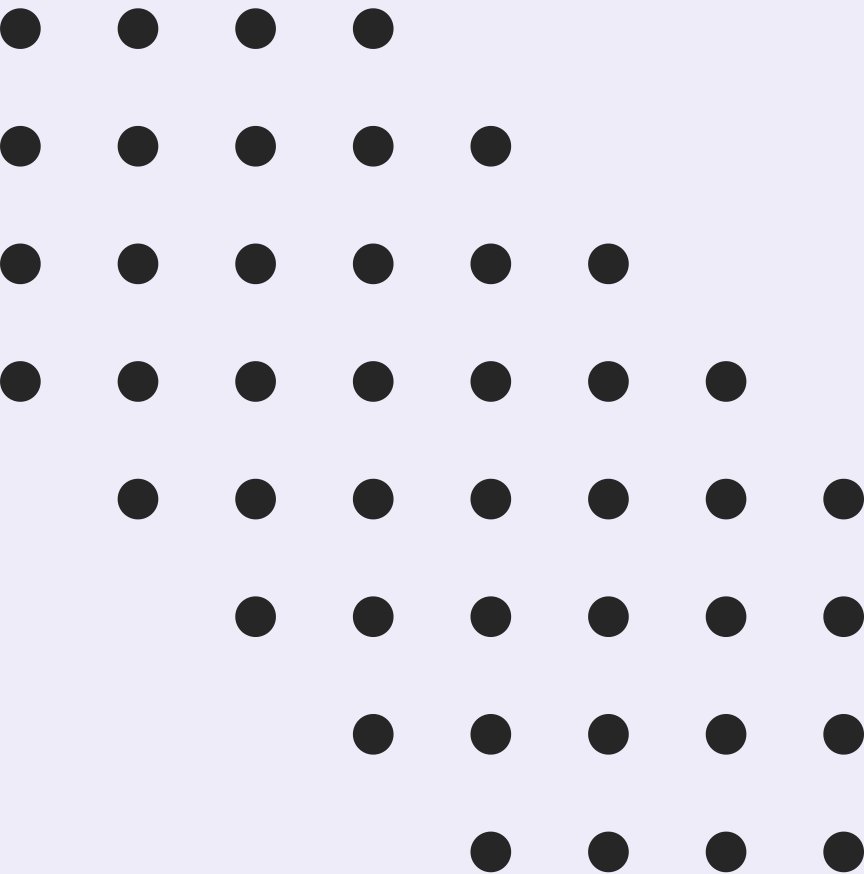
- Todas as pessoas estão posicionadas em todos os eixos de desigualdade ao mesmo tempo. **Não existem posições neutras.**
- Vivemos nossas posições, tanto de opressão quanto de privilégio, **simultaneamente**, e são elas que moldam nossa experiência.
- Embora as relações de poder estejam presentes, **o lugar e o tempo** fazem com que alguns se destaquem mais que outros.
- Uma perspectiva interseccional nos convida a **analisar a realidade social a partir da complexidade**. Com fins analíticos, mais vale – como exercício *ad hoc* sempre condicionado pelo contexto – “prescindir de” categorias de análise que se mostrem menos relevantes, do que “incluir” categorias.



GÊNERO E TRABALHO

- 1960/1970's: feminismos marxistas iniciam uma reflexão crítica sobre o papel das mulheres nos processos revolucionários, e sobre a **divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo**;
- Dentro desses debates, o uso del conceito "**divisão sexual do trabalho**" foi muito útil para entender a distribuição dos trabalhos a partir do gênero em uma economia capitalista;
- Silvia Federici (2004) defende que o **capital depende da extensa quantidade de trabalho gratuito que se produz nos lares** para reproduzir a força de trabalho e manter o sistema funcionando;
- Lélia Gonzalez (1989) e outras intelectuais e ativistas negras brasileiras e latino-americanas contribuíram para esse debate, expondo como o **trabalho doméstico remunerado na contemporaneidade**, com evidente recorte racial e de gênero, **reproduz relações de poder de matriz colonial**.





**DIVISÃO SEXUAL
DO TRABALHO**

Divisão sistêmica dos trabalhos.
Sua distribuição depende das estruturas
socioeconômicas e políticas

O gênero funciona como critério-chave para a
divisão desses trabalhos

Valoração diferenciada dos trabalhos segundo
sua associação à feminidade ou masculinidade



TEMPO E CUIDADOS

- A adoção de uma perspectiva de gênero sobre os debates no campo da produção e da reprodução permitiram evidenciar dois aspectos centrais da organização social do trabalho: a questão do tempo e a questão dos cuidados.
- Medições recentes que buscam quantificar o **tempo total de trabalho - remunerado e não remunerado** - dedicado por homens e mulheres no mercado e no interior dos lares e juntos às suas comunidades mostram, em média, uma **maior pobreza de tempo das mulheres**.
- Os cuidados poderiam ser definidos como o **conjunto de atividades que, em última instância, asseguram a vida** e que adquirem sentido no **marco das relações interpessoais** (Pérez Orozco, 2015).
- Globalmente, **prevalece uma injusta organização social dos cuidados**, com a maior carga desses trabalhos - remunerados e não remunerados - sendo absorvida pelas famílias, e especialmente pelas mulheres no interior das famílias.



DUPLA EXPRESSÃO DOS CUIDADOS

- O cuidado tem dupla expressão nos processos de reprodução social:

Cuidado como atividades

Pré-requisitos
materiais para
cuidados/trabalho
doméstico

Empregos de
atendimento
direto

Tarefas de
gerenciamento
mental

Dimensão pessoal ou micro

- Direito de cada pessoa a ser cuidada e direito ao cuidado.
- Inerentes e constitutivos da própria vida.

Cuidados como sustentáculo

Economia de mercado

Economia do cuidado

Dimensão sistêmica ou macro

- Essencial para os processos de reprodução social.
- Estão na base do sistema económico, sem eles as outras áreas da economia não funcionam.





Que relação podemos estabelecer entre os tópicos debatidos e a ocupação de cargos de liderança e tomada de decisão por mulheres?

<https://www.menti.com/al71oiaj9eb7>

menti.com 1999 5568



A **Plataforma de Ação** adotada na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em **Pequim** em 1995, consagrou algumas **inovações de grande potencial transformador** na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher.

Entre elas, o **enfoque da transversalidade**, entendida como a **integração das questões de gênero na totalidade dos programas sociais**.





TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO

NÃO EXISTE PROJETO, PROGRAMA OU POLÍTICA QUE SEJA NEUTRA EM TERMOS DE GÊNERO

- Impactos diferenciados entre homens e mulheres existirão, o que se deve às desigualdades sociais subjacentes.
- Esses impactos diferenciados:
 - Estão sendo considerados no momento do planejamento das intervenções?
 - Diminuem ou amplificam as desigualdades e desvantagens já experimentadas pelos diferentes grupos?

“

Transversalizar a perspectiva de gênero é o processo de avaliar as implicações que qualquer ação planejada, seja em legislação, políticas ou programas, tem para homens e mulheres, em todas as áreas e níveis. É uma estratégia para garantir que as preocupações e experiências das mulheres, assim como as dos homens, façam parte de maneira transversal da elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, de forma que mulheres e homens possam se beneficiar igualmente e a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo final da transversalização é alcançar a igualdade de gênero.

*Conselho Econômico e Social das Nações
Unidas (ECOSOC)*

TRANSVERSALIZAÇÃO NA PRÁTICA:

O EXEMPLO DAS MEDIÇÕES DE POBREZA

As análises da pobreza são um exemplo de como é possível aprofundar a compreensão de um problema para melhor abordá-lo:

- No final da década de 1980, os movimentos de mulheres do Sul Global apresentaram a necessidade de reconhecer “que homens e mulheres vivenciam a pobreza de forma diferente” e que, por um conjunto complexo de razões, “o número de mulheres pobres era maior do que o de homens, que a pobreza das mulheres era mais aguda do que a dos homens e que havia uma tendência para um aumento mais acentuado da pobreza feminina” (Godoy, 2003).

TRANSVERSALIZAÇÃO NA PRÁTICA: O EXEMPLO DAS MEDIÇÕES DE POBREZA

- Através de estatísticas construídas com uma perspectiva de gênero, foi possível alertar que, se nada fosse feito em contrário, as políticas de combate à pobreza poderiam resultar no aprofundamento das desigualdades entre homens e mulheres.
- A possibilidade de quantificar o fenômeno da “feminização da pobreza” impactou o desenho de importantes políticas públicas nas últimas décadas, incluindo programas de transferência condicionada e reconhecimento e valorização do trabalho de cuidado.
- A introdução da perspectiva de gênero nas análises da pobreza tensionou as explicações tradicionais sobre desigualdade econômica e forçou a questão a ser reconsiderada em novas bases.
- Graças aos avanços conceituais e analíticos neste campo, hoje as noções de pobreza monetária e de pobreza de tempo são amplamente adotadas pelos países, permitindo a identificação do trabalho não remunerado das mulheres como uma das razões centrais subjacentes às desigualdades económicas.

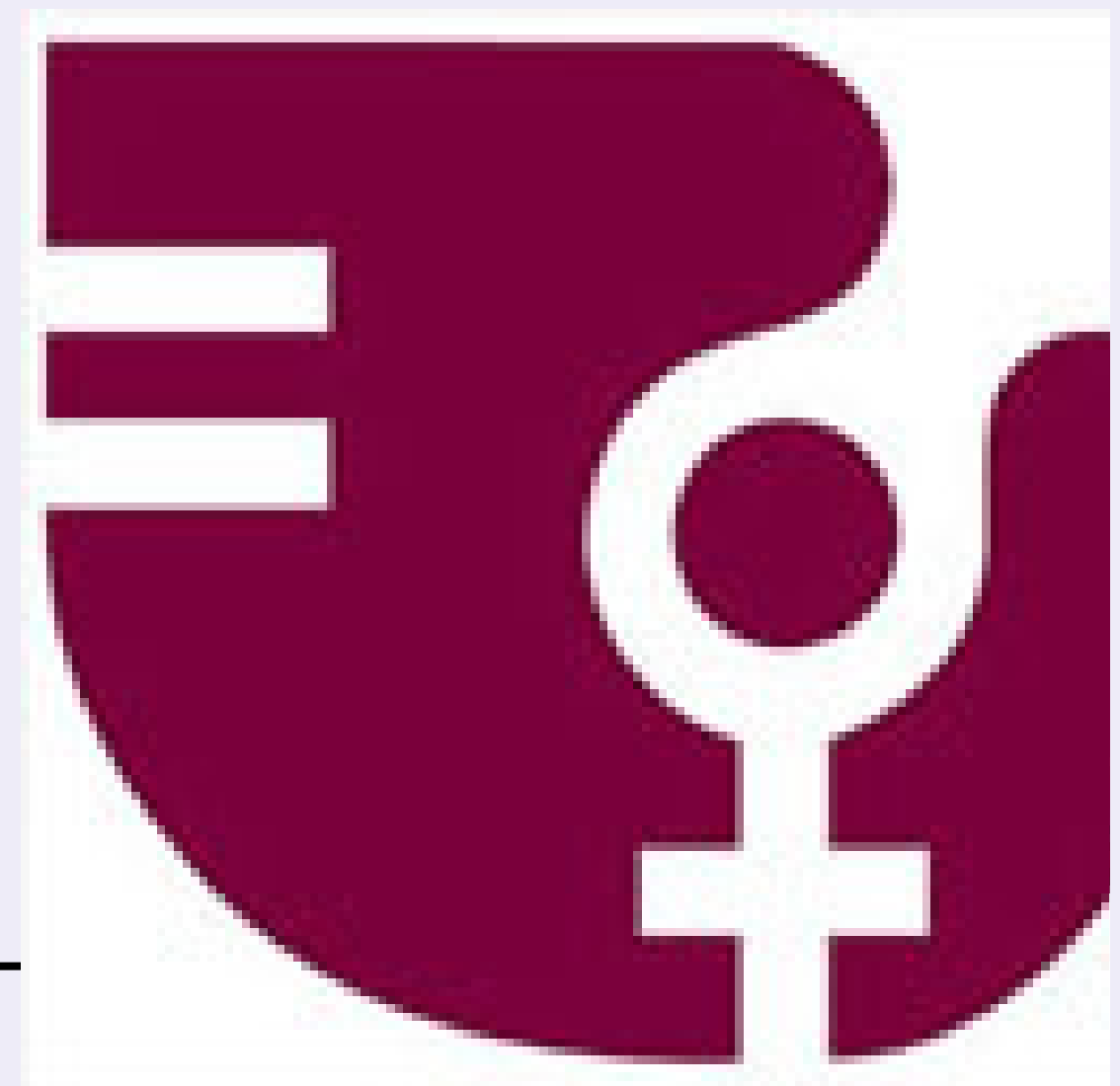
A gradual transversalização da perspectiva de gênero demonstra que, quando os sujeitos historicamente marginalizados são colocados no centro, as explicações para os principais problemas sociais mudam, evidenciando nós estruturais que impedem alcançar o desenvolvimento sustentável com igualdade.

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (CEDAW)

Adotada em 1979 pela ONU, é um tratado internacional que busca eliminar a discriminação contra as mulheres em todas as áreas da vida, desde o trabalho até a família e a política.



CEDAW



CEDAW

ESTRUTURA

- 1 Definição de Discriminação e Obrigações dos Estados
- 2 Participação Política, Representação e Nacionalidade
- 3 Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
- 4 Igualdade Jurídica e Direitos na Família
- 5 Comitê da CEDAW e Procedimentos de Monitoramento

+ Protocolo Facultativo

permite que mulheres ou grupos de mulheres apresentem queixas individuais ao Comitê da CEDAW sobre violações de seus direitos, caso tenham esgotado os recursos legais internos em seus países.

COMITÊ CEDAW

- Cada Estado parte na CEDAW deve apresentar relatórios periódicos sobre as medidas, incluindo legislação e políticas públicas, que tomou para implementar o tratado;
- No processo de revisão, o Comitê também considerare relatórios paralelos apresentados por organizações da sociedade civil, ONGs, instituições acadêmicas e outras partes interessadas, que podem oferecer uma visão independente da situação dos direitos das mulheres no país;
- O Comitê emite um documento de observações finais, que incluem recomendações específicas para melhorar a implementação dos direitos das mulheres no país, direcionado ao Estado parte, com base nas informações discutidas e nos dados apresentados.



**Committee on the
Elimination of
Discrimination
against
Women**

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM (1995)

12 áreas de preocupação prioritárias:

feminização da
pobreza

desigualdade
educacional

desigualdade
acesso à saúde

desigualdade
econômica

desigualdade na
participação
política

desigualdade de
participação nas decisões
sobre meio ambiente

violência por razão
de gênero

impactos dos
conflitos armados
sobre as mulheres

estereótipos de
gênero nos meios
de comunicação

necessidades de promoção
e proteção específicas das
meninas

deficiências na promoção
e proteção dos direitos
das mulheres

insuficiência mecanismos
institucionais para
promoção da igualdade

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM (1995)

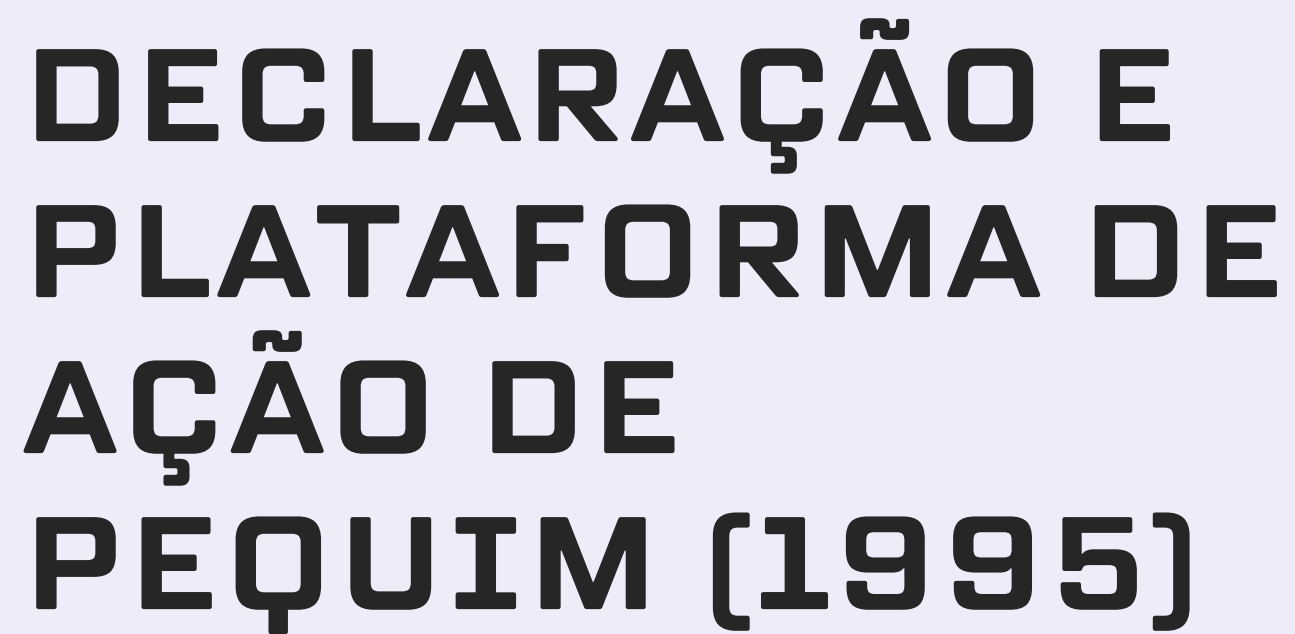
Estamos convencidos de que:

- 13. O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz;
- 14. Os direitos da mulher são direitos humanos;

G. A mulher no poder e na tomada de decisões

Objetivos estratégicos:

- **G.1** Adotar medidas para garantir às mulheres igualdade de acesso às estruturas de poder e ao processo de decisão e sua participação em ambos
- **G.2** Aumentar a capacidade das mulheres para participar no processo de tomada de decisões e ocupar posições de chefia
 - a) proporcionar formação que habilite a ocupar postos de direção e desenvolva a auto-estima, com o fim de assistir as mulheres e meninas, especialmente as que têm necessidades específicas e as que pertencem a minorias raciais e étnicas, para que fortaleçam a própria estima e se disponham a ocupar postos de tomada de decisões.



-
- | País | Porcentagem de mulheres nas câmaras baixas, últimas eleições |
|---------------------|--|
| Angola | 39 |
| Brasil | 17 |
| Cabo Verde | 38 |
| Guiné Bissau | 9 |
| Moçambique | 43 |
| Portugal | 32 |
| São Tomé e Príncipe | 14 |

AGENDA 2030 E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 foi criada em 2015 a partir de negociações multilaterais para definir a agenda de cooperação global posterior ao processo dos ODM.

Os 17 ODS e as diferentes metas que os compõem são integrados e indivisíveis, o que significa dizer que o avanço em direção a um objetivo deve implicar, necessariamente, o desenvolvimento conjunto dos demais.





AGENDA 2030

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 5:

IGUALDADE DE GÊNERO

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

- **Indicador 5.5.2:** Proporção de mulheres em cargos de gestão

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis



AGENDA 2030

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 5:

IGUALDADE DE
GÊNERO

INDICADOR 5.5.2:
PROPORÇÃO DE
MULHERES EM
CARGOS DE GESTÃO

